

O duelo do arado e da quilha, em Basílio Teles.

*«Lavar para quê? se melhor do que o arado
sabia a quilha dum navio rasgar com menos fadiga
e tempo a carreira da fortuna?»*

(Basílio Teles, «O Problema Agrícola»).

1 — *A oposição étnica Norte-Sul.*

Agrários ao Norte, mercantilistas ao Sul.

Escreveu Basílio Teles:

«A nossa Idade-Média acaba na época histórica compreendida entre D. Fernando e Afonso V; e nela se contém virtualmente toda a nossa Idade Moderna. Nela se vem sumir o municipalismo e o génio das populações do Norte; dela irrompem o absolutismo e o génio das populações do Sul.

Ali acabam a espontaneidade na inspiração e nos costumes, a tolerância na crença, a fragilidade e a modéstia na vida; ali começam a imitação na Literatura e na Arte, o artifício na administração, a intolerância na lei, a corrupção no espírito, a dissipação e a ociosidade nos hábitos. E que significa este contraste, senão que um certo agrupamento de gente deixa escapar das mãos a hegemonia do pequeno e ainda incongruente organismo da pátria, e outro grupo lhe sucede, com outras aspirações e outro passado, conduzindo-nos primeiro a gloriosas aventuras, e precipitando-nos depois consigo numa das mais lentas e deprimidas agonias de que a história conserva a recordação cruciante?» (1).

(1) Basílio Teles, *Estudos Históricos e Económicos*, págs. 346-347, Porto, 1901.

Da crise de 1383, diz Basílio, «não foi apenas uma crise dinástica e de independência», mas uma crise de classes», uma *revolução* ou remodelação estrutural na intimidade do Portugal da Idade-Média.

...Ora quem conhece o modo por que o Portugal primitivo nasceu, se firmou e expandiu; quem reflecte um instante que seja, na sua população rural e aristocrática, romanizada, mas radicalmente peninsular, indemne de qualquer infiltração estrangeira de importância, e a compara com a da região de além-Mondego, ou, pelo menos, de além-Tejo, inquinada de sangue semita, falando árabe e adoptando os costumes e a cultura árabes, desde o próprio instante da invasão (711, era de C.), excepcionalmente favorecida, e suggestionada, pelo amplo e magnífico porto de Lisboa — não hesita em ver em 1383 [*a revolução de 1383*] o advento duma burguesia essencialmente comopolita e mercantil. E se perscruta o sentido verdadeiro deste grande factor histórico, concluirá que se resolve na primeira e violenta reacção do espírito semitizado do Sul-mosarábico, se é preferível a expressão — mais culto, vivaz e imaginativo, mais flexível e *político*, e, por isso, aparentemente mais progressivo, contra a alma das populações arianas do Norte, menos culta, imaginosa e versátil, mas, em compensação, ingénua, poética e reflexiva, impregnada de amor à Natureza e ao solo, erroneamente interpretado como egoísmo regionalista, provinciano e utilitário»⁽²⁾.



A partir da revolução dos burgueses de Lisboa em 1383 é que se deu a nítida viragem do Portugal, essencialmente agrário, para o Portugal mercantilista. E este Portugal mercantilista não teve a sanção dos homens do norte do país, mas, solícitamente, a dos homens do sul. Os Portugueses do norte eram homens de fixação à terra, eminentemente agricultores, de cepa lígure. Com efeito, os Lígures, de que descendiam, não trocavam o trabalho de raiz da terra pelas actividades embarcações, flutuantes e comerciais. Os Portugueses do sul, de cepa árabe, em compensação, não pensavam noutra coisa que não fosse a evasão para onde quer que pudessem dispensar a prisão à gleba.

A ambição conquistadora e mercantil os possuiu, e nela mergulharam, tão depressa o Infante D. Henrique a si chamou a expan-

(2) Basílio Teles, *Ibidem*, págs. 19-20.

são de Portugal, além-mares. Com efeito, foi, sobretudo, nos homens do sul (e só esporadicamente nos homens do norte — um João Afonso, um Gonçalves Zarco, um Fernão de Magalhães) que a empresa expansionista encontrou eco, a partir da conquista de Ceuta. Na conquista desta praça mourisca, ainda o Porto esteve presente, com o seu contributo em homens, mantimentos e munições. A propósito, diz Basílio:

«Afinal tratava-se apenas de subir mais uma vez ao assalto duma cidade murada, e de novamente destroçar o secular inimigo; mas, que saibamos, só para realizar esta primeira proeza de Além-Mar, e sob o comando dos dois velhos heróis da independência, Nun'Álvares e D. João I, que eram para Portugal todo, não dois chefes apenas de maior ou menor capacidade e valor, mas dois símbolos — de santidade e de civismo. Depois, e até resolver a sua grande romagem para a América o Português do norte desinteressou-se, deixando-se ficar no seu querido torrão, patriarcalmente a lavrar e a procriar» (3).

Enquanto, no Minho, havia um excesso de população, para os trabalhos rurais, no sul a população escasseava para esses mesmos trabalhos, porque a maioria tinha-se passado para as armadas, onde esperava enriquecer, e onde dava largas à sua fome de novos horizontes. Embarcar era o seu verbo. A precária agricultura do sul ficou entregue a bandos sobre bandos de escravos — os escravos que, entretanto, começaram a ser negociados, após as primeiras conquistas ultramarinas, e sob a égide do católico Infante.

O Português do norte tomou parte na expansão além-mar, levou para aí a política de fixação que já praticava na metrópole. Que o diga Basílio:

«Aos seus hábitos batalhadores e rurais devemos ainda acrescentar o seu temperamento colonizador, a sua tendência a aproveitar a conquista, não pára, à maneira árabe e berbere, a explorar sobretudo comercialmente ou pelo imposto e dela retirar qualquer parcela de glória, mas para, seguindo a remotíssima tradição do seu antepassado peninsular do noroeste [o Lígure], nela solidamente se estabelecer, integrando-se na sua pátria original. Foi o que se deu com o Brasil, povoado e civilizado quase

(3) Basílio Teles, *O Problema Agrícola*, págs. 143-144, Porto, 1899.

exclusivamente por ele; e se hoje é só o comércio que o seduz na nossa antiga colônia, nem por isso a facilidade em fixar-se, constituir família e adquirir propriedade revela menos o seu profundo e indestrutível instinto agricultor, sedentário e caseiro» (4).

Tudo isso no pólo oposto das populações arabizadas do sul, atreitas ao nomadismo, movidas pelo enriquecimento à custa do comércio, aliás um comércio, habitualmente, pouco limpo. Mas, nos signos de Maquiavel, os fins justificavam toda a espécie de meios. A mãe irlandesa dizia ao filho emigrante: «Enriquece honestamente, se te for possível. Mas até desonestamente, se for necessário. Volta-me rico!».

Também as mães dos embarcações portugueses do sul faziam recomendações de igual teor aos seus filhos. O comércio de entreposto foi o sistema português Além-Mar. O lucro imediato transformado, de tema, em... teima obsessiva. As feitorias sobrelevaram, no Português embarcações, a valorização das terras ultramarinas descobertas. Assim na Índia, assim em África. Que o diga Basílio:

«Uma rede de feitorias disseminadas pelas costas da Índia e das Molucas, ligadas entre si, e à metrópole pelos longos fios das esquadras, verdadeiras caravanas do mar — o império português foi isto, exactamente como o império árabe.

Ponha-se, em vez de Lisboa, o Cairo ou Bagdad, e navios em lugar de dromedários, e o simile será perfeito: a mesma enormidade e a mesma inconsistência, a mesma rapidez na conquista e a mesma fulminante derrocada, o mesmo espírito religioso e o mesmo vício mercantil, o mesmo gosto pela glória e pela aventura e a mesma sede de riquezas, e até na literatura a mesma abundância de produções geográficas e históricas, na arte igual inclinação para a poesia e a música, socialmente, paixão idêntica pelas mulheres, o luxo e o jogo.

...Foi, pois, um império de vagabundos, o nosso império oriental ultramarino — aventura deslumbrante e genial sem dúvida, mas a que faltou, para volver-se em obra sólida e dura-doira, a interferência do carácter mais prático e firme, mais lúcido, tenaz e metódico da nossa gente do norte, supondo — que não é positivo — que a empresa lhe agradasse.

(4) *Ibidem*, págs. 144-145.

...Por isso — porque a maré lenta do Ligure não teve tempo de inundar a planura alentejana — ao vale risonho de um lado corresponde do outro a charneca desolada; ao latejar surdo da vida num ritmo igual e poderoso, respondem ligeiras crepitações de bulício acentuando, na sua raridade de oasis, a vastidão e a profundidade do silêncio.

Por isso, a nação ficou incompleta, por formar, uma na língua e no solo, dupla na raça e na alma; por isso a sua história cinde-se em duas fases, se cronologicamente coerentes, visceralmente heterogêneas — mediéfica, rural, militar e crente; moderna, comercial, aventureira e céptica: vontade, rudeza e reflexão ao norte; fraqueza, polidez, imaginação ao sul; numa palavra — carácter de um lado, emotividade do outro.

Na fase mediéfica predominam, por isso, a aristocracia e o clero, — na fase moderna, a burguesia; lavradores e soldados primeiro, — marinheiros e negociantes depois» (6).

2 — *Em louvor do Portugal agrário, contra o puro mercantilismo.*

Tal como um Herculano, encontramos, em Basílio, o elogio da Idade-Média portuguesa. Então, — e só então — Portugal foi, autenticamente, um Povo coeso, aliciado por um ideal comum, construtivo, forte, porque só então se fez da agricultura a fonte de uma economia de raiz, e um comércio correlativo. A entrada do período dos Descobrimentos correspondeu a um falso prestígio e riqueza exterior, mas a um real empobrecimento interior, não apenas económico, mas de carácter, de consciência nacional, de cosmopolitismo desagregador, de impertinente narcisismo de rua, de praça, como pitorescamente se verifica em Clenardo, na sua correspondência de reportagem para o seu amigo Látomo, na Flandres. O juízo de Basílio aí vai:

«Mais favorecido do que a Espanha em regularidade de solo e clima, em homogeneidade e densidade de gente, Portugal não o é contudo bastante para dar a quem o observa no presente, e no passado a contar da Idade-Média, a impressão de uma pátria fortemente organizada, nitidamente definida por uma aspiração e um propósito.

No presente, a mais completa e dolorosa carência dum sentimento nacional, e, portanto, duma ideia directriz governa-

(6) *Ibidem*, págs. 145-146.

tiva; a pulverização literal da sociedade; o isolamento e a indisciplina dos espíritos, o antagonismo e a dispersão das vontades, a secura e o retraimento das almas, com tanta eloquência revelados na pobreza e contradição das ideias, na fraqueza e incoerência dos actos e na ausência de larga simpatia recíproca, efusiva, moralizadora e humana; e — consequência inevitável — em todos nós, sem excepção, um fermento de irritabilidade e de amargura, um como sentimento constante de que estamos a falhar deploravelmente na vida, como homens e como povo.

No passado, sobretudo desde o descobrimento da Índia, a energia sobrevivente do violento carácter medievo encobre melhor a desordem e a debilidade social; mas o conflito das paixões, a divergência e o disparatado dos planos, a eclosão dos apetites grosseiros, o regresso da ambição para a cobiça, a degeneração da rivalidade na inveja, e por conseguinte o monótono e repulsivo revolver das mesmas intrigas sórdidas e dos mesmos instintos odientos são ainda, vigor à parte, os traços típicos do quadro.

Só até ao fim do século XIV e um tanto no decurso do século XV, é que se encontram um povo e uma pátria; é que se marcha heroicamente, em pleno acordo de coração, para um ideal compreendido e sentido: expulsar o mouro primeiro; submetê-lo e europeizá-lo, podendo ser, no seu próprio país de Marrocos, depois» (9).



A ideia de Pátria pulverizou-se, afundou-se, minimizou-se, perdeu o sentimento de coesão, a partir da largada para o Oriente. A travessia de Lisboa para Calecute foi, bem feitas as contas, a transição de um carácter forte — que tal foi o do Português na Idade-Média — para uma personalidade moral bamba, esbeçada, invertebrada, descoesa, feita de *auri sacra fames*, da chatinagem, do maquievalismo dos fins a justificar os meios. A finalidade era locupletamento, fosse como fosse. Para lá chegar, o mais depressa possível, os meios podiam ser quaisquer. Todos eram considerados bons. O mercantilismo, então praticado, foi uma actividade desenfreada, torpe, imoral, e, parecendo embora que nos ia enriquecer, só nos empobreceu.

Basílio todo se confrange, ao evocar o período do nosso desca-belado mercantilismo ultramarino, em desfavor da agricultura e de um comércio ponderado e normal.

(9) *Ibidem*, págs. 257-258.

O que ele queria, na época em que escreveu, era que tudo se fizesse no sentido de «despertar o interesse por este adorável torrão pátrio, quase por metade abandonado à urze e ao tojo; defender a necessidade e a justiça de abrir o inculto aos nossos pacientes e robustos aldeãos do centro e norte, e de criar no sul uma forte e densa burguesia campesina, dando deste modo ao país a massa e a uniformidade de população que lhe faltam, e à capital o seu melhor ponto de apoio material e moral contra a pressão do estrangeiro e contra as suas próprias veleidades de cosmopolitismo e de insulamento; contribuir, com uma pedra que seja, para que a terra de Portugal volte a ser, e de vez, propriedade só de Portugueses; manter que onde sobram os pretextos para confiscar a liberdade dos homens não podem faltar as razões para coibir as licenças que se permite o dinheiro; sustentar que é, por isso, indispensável libertar o Estado das oligarquias que o dominam, e fazer dele o órgão propulsor e o intérprete fiel, a alma inspiradora e a vontade vigilante do Portugal de amanhã, que é o mesmo que dizer do Portugal mediévico robustecido e renovado⁽⁷⁾.

E assim pergunta de seguida:

«Não haverá algumas dezenas de Portugueses varonis que, embora remodelando o plano proposto entendam, todavia, que nele se contém um pensamento reorganizador a aclarar e a prosseguir?».

Até agora, neste ano de 1978, em que estamos escrevendo, sob a égide de Basílio, ainda não apareceram essas dezenas de Portugueses varonis que levantassem a nossa terra ao lugar que lhe compete no mundo. Quantos Portugueses têm passado pela política (ressalvadas algumas exceções, que confirmam a regra), só tem alimentado um inconfessável propósito: *Governar-se*, que não governar; *servir-se*, que não servir.

Não temos tido políticos autênticos, mas politiquieiros, e, sobretudo, *politicalhos*.

A dinastia de Bragança não esteve à altura da alta missão que lhe competia de trazer à normalidade um Portugal desmantelado, empobrecido, invertebrado, despersonalizado, e a República, que veio depois do banimento do último Bragança reinante, não fez mais do que seguir, com outros rótulos, os desconchavos de 1640 a 1910. Ressalva-se a política de um Castelo Melhor, de um Pombal, de um Mousinho da Silveira, mas as sacudidelas que esses políticos pretenderam dar a Portugal foram breves, porque logo tudo caiu na modorra.

(7) *Ibidem*, págs. 258-259.

Precisamos todos de fazer uma penitência profunda — todos e não apenas os políticos — e entrar francamente na era de ressurreição de um Portugal que seja pedra viva na arquitectura mundial, e não apenas um país que ocupa um lugar no mapa, e que, mesmo esse, ele acabará por perder, se...

O programa de renascimento tem de assentar em colunas firmes: — sólida economia, sobretudo com base numa agricultura modernizada, e num comércio que sobreponha a exportação à importação;

— educação que dos Portugueses faça homens cultos, e não simples erudições, arqueólogos, historicistas; retóricos peganhentos; educação que, dos Portugueses, faça ótimos (pelos menos bons) profissionais; educação que os encaminhe para a investigação científica e para o apurado tecnicismo; educação que lhes aprume a espinha moral, que lhes tempere o carácter, que os livre da anarquia, que os discipline, que lhes aguace o sentido da responsabilidade cívica; educação que deles faça patriotas de verdade, e não simples *patriotas*, *patriotinhos*, *patriotinhos*, *patrioterrecas*, se quisermos empregar a irónica linguagem queiroziana; educação que lhes ensine a ajudarem-se a si próprios, libertando-os, o mais possível, de alheios e comprometedores encostos.

Portugal, de certo, está metido num contexto de nações e não pode passar esponja sumária sobre esse contexto.

Importa, porém, que no contexto internacional não seja motivo de troça — de troça que vai directa à nossa incompetência, ao nosso desleixo, à nossa anarquia, ao nosso palanfrório comicieiro, à nossa frouxidão de carácter. Importa que Portugal, do contexto internacional em que está inserido, tire lição de proveito e exemplo. Mas que essa lição o leve a ser, quanto possível, o mais possível, ele próprio, com estatura condigna, fora de lamentáveis mendicidades, afirmando-se como povo *sui generis* e, sobretudo, *sui juris*.

Perguntava Basílio, a sete anos do vergonhoso *ultimatum* que nos foi imposto pela Inglaterra:

«A que extremos de desalento e de baixaza não descerá Portugal, se for ele mesmo quem delibere fazer espontaneamente, ao mundo absorto por tal inconsciência na vergonha, esta inverosímil confissão? «Vendo esses restos opulentos dum grande império, porque cheguei à convicção de que nem governar sei a minha modesta casa. Há cerca de uns sete anos que fali, fazendo a promessa solene de me regenerar pela parcimónia e pelo trabalho; mas este humilhante desastre nem me fez crescer

o brio, nem me inspirou mais juízo. Eis porque me desfaço d'isso, que, segundo ouço dizer, representa incalculáveis riquezas; com as libras que render irei vivendo, sem preocupações nem cuidados. Mais tarde veremos; mas é provável que, a não sobrevir algum inesperado milagre [o Português vive sempre na ideia que existe um desconhecido milagre que espera por ele... é sebastianista até ao sabugo], resolve hipotecar o solar e constituir-se o pensionista de qualquer riqueza da Europa: do Inglês, provavelmente ⁽⁸⁾.

Abrenúncio! Esperemos em nós próprios (e não em milagres sebastianistas!). Ganhemos juízo! Afirmemo nos ao mundo como povo que não quer abdicar da sua personalidade, antes a quer marcar, revista, corrigida e aumentada.

3 — Política de fixação e política de transporte.

Até ao reinado de D. Fernando, Portugal foi, essencialmente, uma monarquia agrária, uma precária nação mercantil, mas, a par disso, foi um exército sempre alertado, quer na expulsão dos Mouros, quer de prevenção para um possível ataque da vizinha Espanha, de tendências absorcionistas dentro da Península.

A partir, porém, de D. João I, a quilha começa a seu duelo com o arado, o comércio vai passando à frente da agricultura, a sedução do mar vence a prudência do Velho lo Restelo.

A propósito, escreve Basílio Teles:

«O pão, em vez de se arrancar à terra gradualmente arroteada por longos e persistentes esforços, terá de ser agora importado do estrangeiro em troca de preciosas inutilidades, que um sistema de comerciar, difícil de distinguir de uma simples pirataria colectiva, irá buscar às paragens remotas do Oriente. Lavrar, para quê? se, melhor do que o arado, sabia a quilha dum navio rasgar com menor fadiga e tempo a carreira da fortuna?» ⁽¹³⁾.

⁽⁸⁾ *Ibidem*, pág. 216.

⁽¹³⁾ *Ibidem*, págs. 26-27.

O mar venceu a terra. A riqueza, adquirida de súbito, transtornou as cabeças, dissolveu costumes patriarcais e puritanos, provocou a plethora urbanística, abriu cova à Nação. Portugal conquistava, a bem dizer, o planeta até aí ignorado dos Europeus, mas para tal — nunca tão poucos fizeram tanto — a si mesmo se devorou. 1580 é o epílogo da viragem da agricultura sedentária para a inquietação das ondas. A fortuna adquirida em regime de vertigem, e nem sempre por honestos processos, deu golpe, a bem dizer imedicável, na economia à escala da modéstia, feita na base da lavoura e de um comércio de cabotagem, e Portugal teve seus dias contados no relativo desafogo alcançado com honradez. A modéstia antiga deu o passo à sumptuosidade espectacular.

Segundo Basílio Teles, depois da epopeia homérica dos Descobrimentos, Portugal deixa de viver, para simplesmente vegetar. O ouro que ganhara no Ultramar roubou-lhe os hábitos de trabalho modesto e de modestos lucros, e não mais se esquece da hora alta, mas efêmera, das riquezas fabulosas que o Oriente lhe deu. A sua obsessão continua sendo o luxo, a vida regalada, a fantasia da opulência. «Não pensa, sonha. E o sonho é sempre o mesmo: ouro, diamantes, riquezas, aos punhados, às montanhas — que a vida é curta, e é preciso gozar até fartar» (14).

Perdida a filosofia de que pão e armas é que constituem o essencial, Portugal passa a importar tudo: o pão para a mesa, os soldados para combater, as munições para metralhar o inimigo, os generais para dirigir as batalhas a travar,

No dizer de Basílio Teles, 1640 não *restaura* Portugal, ou apenas o restaura politicamente, substituindo no trono um soberano estrangeiro por um soberano português. No mais, não há restauração do essencial, porquanto, a lavoura, se abandonada estava, abandonada continuava; a indústria cede perante o artefacto inglês, que nos invade o mercado. E nesta crise estávamos, quando a descoberta dos diamantes e do ouro no Brasil — «deplorada descoberta» lhe chama Basílio — nos veio outra vez transtornar a cabeça, trocando os Portugueses a vida agrária de outrora pela *auri sacra fames*. A Índia morrerá para nós. Surgia agora outra na América, e para aí se voltou a fazer a drenagem dum povo que não se curara das miragens orientais.

Todo o erro português, eis a tónica do pensamento de importação sem rei nem roque dos produtos estrangeiros; a economia agrária substituída por um mercantilismo absorvente; a política de fixação

(14) *Ibidem*, pág. 29.

vencida pela política de transporte. O comércio, eis a obsessão. Em famílias — quando tem que se discutir o futuro dos filhos varões — a saída invariavelmente esta: ou fazê-los doutores, para lhes grangear algum emprego de secretaria ou político, ou o comércio, *bonita posição* que dá margem a regalos sumptuários. Agricultura e indústria, sempre coisas removidas para último plano. Burocracia ou comércio, tal o *to be or not to be* do Portuguesinho.

E ao longo de toda a nossa história, do século XIV para cá, temos vivido (ou vegetado) na teima de quem não for burocrata tem de ser comerciante. Lavoura, indústria, são coisas provincianas. A Índia, primeiro, o ouro e os diamantes do Brasil, depois, fizeram de Portugal um país atrasado, por hostilidade às duas mais sólidas fontes de riqueza: a terra e a indústria.

Castelo Melhor, Pombal, Mousinho da Silveira, quiseram arrear caminho: fazer da terra e da indústria o fulcro da nossa economia. Não o conseguiram. Os inveterados hábitos da preguiça nacional, depois da chatinagem oriental, algum tempo depois seguida pela emigração em massa para as minas de ouro e para a pesquisa dos diamantes no Brasil, têm atirado sempre pela borda fora a economia agrária e a industrial.

Basílio nunca se conformou com a obsessiva política do transporte. Fez sempre finca-pé na economia agrária e industrial. Tão pouco se conformou com os juízos agoirentos de que Portugal é país perdido, por virtude de fatalidades inelutáveis que sobre ele pesam. Não embarcou no pessimismo de uns quantos que julgam ter feito diagnóstico definitivo no respeitante à ausência de qualidades no Português, sobrando-lhe defeitos invencíveis: a incapacidade governativa, carência de trabalho persistente; ausência de método, tudo deixado ao deus-dá; repulsa pelo esforço que obriga a transpiração, e o Portuguesinho quer cheirar bem; vontade ausente em parte incerta, falta de audácia, ou então arranques de leão e saídas de sendeiro; neurastenia colectiva, tédio irremediável; estupidez de fundo, sem concerto possível; sebastianismo transformado em tema... e teima — um milagre virá que porá de novo a barca a singrar...; incapacidade para a pesquisa científica; psitacismo de raiz, e portanto «sopros de voz» sem cobertura no banco da experiência; pensamento original ausente em parte incerta, tudo memorialismo, *magister dixit*, e *muchas cosas más*, em espanhol e em português, tais como o charlatanismo de profissão, miolos que, comidos, nos deixariam em jejum natural.

Basílio — honra lhes seja — acreditava na possível reforma da nossa mentalidade, através de uma educação adequada. E, com efeito,

toda a nossa crise é de mentalidade, importando refundi-la, o mais depressa possível, para alcançarmos uma portugalidade que nos dê prestígio no contexto mundial.

O nosso défice não é de qualidades. Estas existem, latentes. O que é preciso é acordá-las com a educação que ainda não nos foi dada. Tudo gira à volta da reforma da nossa mentalidade. Pensem nisto os altos comandos. Pensem todos nesse poderosíssimo problema. O milagre da nossa salvação não nos virá de fora, mas de nós próprios. Não deleguemos noutrem aquilo que só a nós cabe fazer.

Basílio Teles, dada a sua paixão pela terra, pelo problema agrícola, aparenta-se com Herculano, com o qual, aliás, do ponto de vista psicológico e moral, tem flagrantes afinidades. Herculano não teve simpatia pela nossa proesa planetária — a dos Descobrimentos. Ficou, para todo o sempre, em História, um medievalista, enamorado da vida rural, e ele próprio num dia de amuo e de polémica ácida com o clero, por ter chamado ao milagre de Ourique um «conto de velhas» foi para Vale de Lobos «ensinar as oliveiras a dar azeitona», segundo a frase pitoresca de Severo Portela.

4 — *Basílio repisa o tema, e nós a sua sombra...*

Uma das justificadíssimas fobias de Basílio foi a relativa ao mercantilismo. Comércio sobreposto à agricultura. Política de transporte sobreposta à política de fixação. O dinheiro que tem entrado em Portugal só escassamente é investido no desenvolvimento agrícola. Esse dinheiro tem-se gasto em fachada.

Pergunta Basílio (1899):

«Das centenas de milhares de contos em boas espécies sonantes que, num período de pouco mais ou menos de quarenta anos, entraram em Portugal, que percentagem contribuiu para a regularização do regime dos nossos rios, rompimento de canais, repovoação florestal, ou sequer para o progresso das culturas, arroteamento de bravios, delineamento, embora imperfeito, crédito agrícola?»

Basta esboçar este elenco grosseiro de trabalhos para imediatamente presumir-se que minúsculo filete dessa torrente de milhões se extravasou para os nossos campos. No luxo, no papel fiduciário, na Obra Pública, caríssima sempre e em regra de duvidosa utilidade — nisto se cifrou o emprego das enormes quantias importadas. Trocaram-se as drogas do Oriente pelo

dinheiro do Brasil e dos empréstimos, para continuar a manter um mercantilismo monstruoso num país quase exclusivamente agricultor — nada mais e nada menos. E esse mesmo dinheiro do Brasil — que tem sido senão o lucro do labor comercial, da única forma por que lá, nesse solo de variadíssimas riquezas, se exercitam a actividade e a iniciativa dos emigrantes portugueses?»

Ao que logo Basílio acrescenta:

«Todavia, como se fosse na lua, e alguns milhares de anos atrás que tivessem ocorrido estes factos, ouve-se gritar de um lado: «É preciso desenvolver o comércio; carecemos de bons tratados de comércio»; exclamam outros: « façamos de Lisboa o grande entreposto comercial do Atlântico»; explicam daqui: «Foi o nosso comércio africano que salvou Portugal no período agudo da crise»; sugerem dalém: — «É indispensável que os nossos cônsules sejam os nossos agentes comerciais no estrangeiro»; reclamam adiante: — «Não temos ensino comercial; é urgente instituir boas escolas de comércio que habilitem os nossos negociantes a conhecer os mercados, as leis e os usos comerciais».

Basílio insiste:

«E nas gazetas, de quando em quando: — «O comércio de tal localidade reunido em importante comício, resolvendo pugnar pelos seus legítimos interesses e manter com firmeza os direitos desta terra, protesta como um só homem contra a projectada saída do regimento n.º tantos...»; e o resto de igual teor e no mesmo tom.»

Batendo a mesma tecla, acrescenta Basílio:

«E em família, ao discutir-se entre os consortes o rumo a dar à mais esperançosa das vergôntes:

— «Não tarda a completar dezasseis. Então, já decidiste para o que hás-de ir?

— «Ainda não sei... Uma formatura em qualquer coisa, e depois um bom emprego, é o que mais me agradaria; ou então a carreira comercial, que é também uma bonita posição. Em todo o caso, ou para doutor ou para o comércio» (15).

(15) *Ibidem*, págs. 46-48.

Meter os filhos na lavoura, desviá-los para a indústria, situá-los, enfim, em actividades de produção, isso é que não ocorre aos pais. Não. A obsessão é, ora e sempre, o comércio, ou o seu *alter ego*, como diz ainda Basílio, «a burocracia, com diploma, ou sem ele».

Repete-se agora o que já se passava na época de D. Fernando — o das sesmarias.

Pergunta Basílio:

«Que pedia, e a que aspirava a burguesia do fim do século XIV? Pedia protecção para a marinha e para o comércio; aspirava a fazer de Lisboa um grande entreposto atlântico. Que pede e a que aspira a burguesia do fim do século XIX? A mesma protecção para o seu comércio; e a fazer outra vez da capital o intermediário privilegiado das transacções internacionais. Arrastada na lógica do temperamento e na corrente automática da História, sonha em reaver o seu papel cosmopolita e mercantil, em absorver a seiva do pequeno organismo nacional, em ser a cabeça enorme, e portanto desvairada, dum corpo reduzido e, embora de excepcional resistência, viciosamente confor-
mado».

Sempre a política de transporte, em desfavor da política de fixação. O esplendor fácil e vistoso, contra o recolhimento produtivo. Está-nos no sangue a fuga ao trabalho discreto da agricultura ou da indústria, em favor do jogo-importação (que temos nós que exportar?), do jogo-balcão, carteira, costas direitas, «boa vai ela»!, actividade que não canse muito o corpo e que do espírito exija o mínimo dos mínimos. Não que a actividade de produção e o estudo a fundo fazem frio nos olhos. Comerciozinho, burocraciazinha, isso é que está a carácter do Português.



Pombal e Mousinho da Silveira pregaram no deserto. Quiseram que o país entrasse francamente nos surtos da actividade produtora. Perderam, a bem dizer, o seu tempo e o seu latim. Lutavam contra o nosso jeitinho peculiar; o de ganhar de costas direitas no jogo mercantil, puramente mercantil.

As reformas desses dois estadistas ruíram. Foram fogo-fátuo. Mas importa retomar-lhes o espírito, para que a economia portuguesa tenha uma base sólida. Só na terra e na indústria está a nossa salvação económica. Aí, e não no simples comércio, este transformado em mania.

Basílio, o optimista, diz que «o homem cai e passa, mas o grão da verdade, fosse ele tão pequeno como o da parábola evangélica, mais tarde ou mais cedo, numa ou muitas gerações sucessivas, tem que necessariamente germinar e crescer»⁽¹⁶⁾.

Esse grão de verdade o deitaram à terra Pombal e Mousinho da Silveira. Esperemos que ele venha a germinar e a crescer, depois de ter sido em vão que esses dois estadistas tiveram a visão perfeita da solução para o nosso problema económico. Esperemos..., se é que, por força da específica maneira de ser dos Portugueses, estaremos, para todo o sempre, condenados ao fracasso.

Tornando ao mercantilismo:

«Tivemos já em Lisboa o comércio de entreposto, e, na maior parte, tão genuinamente português, que do próprio D. Manuel pode afirmar um notável escritor, o snr. Alberto Sampaio, que foi o rei da canela e da pimenta, como D. João V, mais tarde, o opulento empresário dos diamantes de Minas, — e tão extraordinariamente lucrativo que, havendo-se perdido mais de metade dos navios da esquadra de Cabral, conta o cronista ter a fazenda das restantes mais de duas vezes coberto as despesas totais da viagem. E, contudo, nessa inundação de milhões, éramos, literalmente, miseráveis; importávamos o trigo para comer, os panos para nos vestirmos, por termos desdenhado a agricultura e a indústria»⁽¹⁷⁾.

Não faz comércio de entreposto quem quer, mas só países com uma disciplina e uma capacidade de trabalho e de inteligência que nós não possuímos. A propósito diz Basílio:

«Pode fazê-lo a Alemanha em Hamburgo, a Inglaterra em Liverpool, a França, em tempo, no Havre; porque possuem marinhas mercantes solidamente nacionalizadas; porque têm uma forte produção, principalmente fabril, a alimentar esse comércio; porque dispõem de enormes massas de capital, a juro baixo; porque são densamente populosos; e, finalmente, porque têm exército e esquadras, e tais tesouros de guerra que para nós são quase um sonho inverosímil.

⁽¹⁶⁾ *Ibidem*, pág. 39.

⁽¹⁷⁾ *Ibidem*, pág. 157.

A intensidade da sua vida nacional, a sua energia e ilustração, a sua tenacidade e inteligência, a sua população e riqueza; numa palavra — a sua exuberância de recursos e de forças é que lhes confere a hegemonia comercial, do mesmo passo que lhes dá a preponderância intelectual e política.

Imaginar que sem dinheiro e sem trabalho, sem capacidade e sem esforços, sem verdadeiros prodígios de sagacidade e previdência, de habilidade administrativa e económica, de patriotismo dedicado e solidário, poderemos canalizar para Portugal o fruto da invenção, da economia, da actividade e do saber dos outros povos, e fazê-los ainda em cima trabalhar para nossa sensualidade e vis instintos, corresponde a supor que uma risível manha de escolar pode embair homens hábeis; equivale, se se toma a sério o plano, a inverter os precisos termos da questão ou, como vulgarmente se diz, a construir a casa pelo telhado» (18).

Temos pois que fundar sólida agricultura e sólida indústria, aumentar a população e a riqueza, criar disciplina no ensino, reconstituir a marinha e o exército, reorganizar impostos e finanças, se quisermos ser bem sucedidos no comércio de entreposto. Isto o dá a entender Basílio, e a sua palavra não pode ser ultrapassada em clarividência.

A obra de redenção está em nós fazê-la. Até quando continuaremos escravos da economia internacional?

5 — *A reforma agrária de Mousinho da Silveira.*

Que pensava Basílio, de Pombal?

Do ministro de D. José se tem dito o oito e o oitenta. Uns o arrastam pelas ruas da amargura — «homem de pêlos no coração», a tirania em pessoa, o quero, mando e posso sem outros limites (aliás platónicos) que os vindos da boca do rei. Outros o situam para lá das nuvens, considerando-o como homem de Estado de visão larga, a visão que convinha ao país que tinha de emergir da crise em que se encontrava.

Basílio é de franco louvor para o nosso homem. São dele as palavras seguintes:

(18) *Ibidem*, págs. 158-159.

«Pombal é ainda um dos raros momentos de lucidez e bom senso. Acusam-no de déspota e de mecânico político. A observação é justa, mas a censura, deslocada. Que outro processo adoptar, esse cérebro de excepção a transbordar de pensamento e de energia, quando o mal vinha de séculos, o tempo perdido era, aos olhos de muita gente, irreparável, a ignorância pavorosa, a obstinação mercantil rebelde a conselhos e razões? Um homem de Estado não mandaria hoje, sem dúvida, arrancar as vinhas das encostas, nem impedir pela força a saída da moeda.

Mas duvida alguém de que, embora recorrendo a processos menos duros e directos, um verdadeiro estadista hesitasse hoje, em Portugal em ser mais contemporizador nos intuitos? Quem isto afirma não faz certamente uma ideia exacta dos males profundos e múltiplos que tornam a nossa actual situação [escreve em 1899] um imenso perigo.

Argumenta-se ainda que a obra se foi a terra com o homem. Nem toda — importa rectificar: a reforma da Universidade, por exemplo. Supunhamo-la, porém, aluida integralmente. É menos verdade, por isso, que Pombal deixasse de compreender com aguda perspicácia a verdadeira doença de que a nação sofria há longo tempo, e de lhe aplicar os remédios que a ciência do tempo comportava?

Quis provar que o solo português era capaz de sustentar a sua população, e provou-o. Pretendeu demonstrar que a indústria podia ser uma realidade entre nós e demonstrou-o; assim como demonstrou ainda com a força esmagadora dos factos, que podia haver saldo num orçamento, honestidade na administração, energia no poder e dignidade no povo.

Caiu? Outros de igual, e até de maior envergadura, têm caído. A queda porém de tais homens raramente significa a subversão definitiva das suas ideias e planos; quase sempre, o adiamento duma obra que a inconsciência da época não permitiu realizar, ou de que logrou só perceber vagamente um ou outro fragmento isolado»⁽¹⁹⁾.

Houve, com a queda do Marquês, um colapso na resolução da crise portuguesa. Mas, a seu tempo, não muito distante, sobreviria Mousinho da Silveira, que retomaria, em boa parte, a política agrária do Marquês. Mousinho restaurou o propósito de acabar com a insufi-

(19) *Ibidem*, págs. 97-99.

ciência da produção agrícola e em especial a cerealífera; tomou a peito subir ao máximo a extensão das terras incultas; quis acabar com os latifúndios alentejanos; quis uma distribuição mais perfeita da população e tudo viria a fazer para desonerar o mais possível, os impostos que oneravam o lavrador.

Entrou no seu programa de reformador (o que suscitou, para ele, comentários pouco lisonjeiros, da parte dos que iriam ser prejudicados nos seus interesses estabelecidos) desamortizar os bens de mão-morta, abolir os vínculos, remir os foros, reduzir ou suprimir as sisas, as lutuosas, as pensões, laudémios, portagens.

Na restauração da agricultura via Mousinho a solução fundamental da crise, uma crise que vinha desde que nos deixamos arrastar para a empresa ultramarina dos Descobrimentos, toda feita na base da política de transporte, contra a política de fixação.

Não consegui Mousinho levar inteiramente a cabo a sua reforma. Tal como aconteceu à reforma de Pombal, a de Mousinho ficou a meio, por força da resistência que lhe levantaram interesses constituídos. Pergunta Basílio:

«Segue-se então que o plano de Mousinho se foi a terra com estrondo, e que de balde a melhor cabeça de estadista que Portugal produziu neste século esgotou o melhor da sua força, escalpelando o complicado problema que se propôs resolver?»

Responde Basílio à sua própria pergunta:

«De forma alguma como já observamos para Pombal: o homem cai e passa, mas o grão da verdade, fosse ele tão pequeno como o da parábola evangélica, mais tarde ou mais cedo, numa ou muitas gerações sucessivas, tem necessariamente que germinar e crescer» (20).

O problema que a Pombal e a Mousinho se pôs é o que se põe ainda agora (neste ano de 1978), com a Reforma Agrária.

Basílio condenava os latifúndios alentejanos e o absentismo dos seus proprietários. Não sendo essas terras cultivadas em toda a sua plenitude, vivemos em permanente défice de cereais panificáveis, particularmente trigo, trigo que temos de importar sobretudo dos Estados Unidos, para onde se vão anualmente muitos milhares de contos em ouro.

(20) *Ibidem*, págs. 98-99.

Queria Basílio que a distribuição das terras se fizesse de maneira mais equilibrada — nem a pulverização das terras de norte em minúsculas courelas, nem os latifúndios alentejanos nas mãos de um só proprietário que, para cúmulo, entregava as suas terras a administradores e rendeiros, «além de geralmente dotados de capacidade profissional limitada, quase sempre absorvidos no empenho de adiantarem os seus negócios pessoais, administrando mal e cultivando pior» (21).

A chave do problema agrícola (o de desenvolver a produção na parte cultivada do solo, e de chamar à cultura o maninho e a charneca) está em oferecer ao proprietário capital bastante e a taxa mais possível reduzida. Assim o dizia Basílio no final do século passado. Vai passado um século sobre o que Basílio escreveu nessa matéria, e quase não se adiantou um passo.

Cruz Malpique

(21) *Ibidem*, pág. 59.

Páginas de Antologia

1 — *O rei da pimenta e da canela.*

Basílio, estudando a *Relação*, de Tomé Lopes, inserta na «Colecção de Notícias» publicada pela Academia das Ciências, tomo II, págs. 159 e seguintes, escreve, a dado passo:

«O rei da pimenta e da canela [D. Manuel] limitava-se a negociar mesquinamente, e a seu exemplo os fidalgos da corte [...], sem que um e outros meditassem num projecto de conquista, ou de exploração regular sequer ao menos capazes de garantir à pobre e remota pátria portuguesa a valorização comercial da terra que com «tanto sacrifício de vidas e fazendas», segundo a frase consagrada, vinha sendo demandada desde o Infante D. Henrique» (1).

2 — *Cruzados trocados por «balázios».*

Estudando a *Relação* anónima da viagem que Pedro Álvares Cabral fez à Índia em 1500 (da «Colecção de Notícias» publicada pela Academia das Ciências tomo II, págs 107 e seg.), escreve Basílio, a certo passo:

«...Cinco dias depois em Cananor, ultimava-se o carregamento com a compra de quatrocentos quintais de canela.

O chefe indígena recebia magnificamente os hóspedes do Ocidente, chegando a ter a amabilidade de prevenir Pedro Álvares Cabral de que se não queria mais dos 400 quintais de especiaria «por não ter dinheiro, nem por isso deixasse de a carregar à vontade, que na viagem seguinte lhe pagaria». O Capitão-mor agradeceu, respondendo que não, que não era isso; mostrava ao embaixador, três ou quatro mil cruzados «que ainda restavam».

(1) *Figuras Portuguesas*, págs. 52, Lisboa, 1961. A *Relação* refere-se à viagem de Gama à Índia, em 1502.

Éramos, vê-se por aqui, negociantes honrados. Levávamos dinheiro para as compras. Simplesmente se o vendedor não estava disposto a abrir mercado, substituíamos os cruzados por balázios. Era assim que ao raiar do século XVI fazíamos entre os hindus a propaganda do livre escambo, devendo todavia acrescentar-se em abono dos nossos antepassados que em pleno século XIX os ingleses, na conhecida guerra do ópio, não fizeram de outro modo entre os Chineses. Suponho que o confronto nos deixa amplamente desforrados» (2).

3 — O pão.

«Produzir o pão que lhe é indispensável para comer, fabricar as armas de que tenha precisão para defender-se — parece-nos que foi e será o duplo cuidado de qualquer agrupamento que sinta em si a aspiração e o propósito deliberado de viver. E de tal modo esta dupla preocupação chega a tornar-se absorvente que não consta de um só povo, pequeno ou grande, desde que inteligente e vigoroso, que hesitasse em sacrificar lhe em determinadas circunstâncias, não só prazeres mas preconceitos, — até mesmo instintos de mercantilismo egoísta e sedentário. Não se discute aqui os processos que para isso cada sociedade empregou, especialmente no antigo tempo; afirma-se que foi só olhando ao pão e às armas que conseguiram irromper e bracejar, deixando na História um rasto da sua passagem pela terra» (3).



«O pão, em vez de se arrancar à terra gradualmente arroteada por longos e persistentes esforços, terá de ser agora importado do estrangeiro em troca das preciosas inutilidades que um sistema de comerciar, difícil de distinguir duma simples pirataria colectiva, irá buscar às paragens remotas do Oriente. Lavrar para quê? se, melhor do que o arado, sabia a quilha dum navio rasgar com menor fadiga e tempo a carreira da fortuna? O que se segue é perfeitamente inútil referi-lo aqui com minudência: hipertrofia comercial; anemia da lavoura; rareamento de populações robustas, sacrificadas à vertigem; introdução de novas massas de poviléo inferior, e até selvagem; dissolução de costumes; abastardamento de carácter; e, por inevitável epílogo, a ruína.

(2) *Ibidem*, págs. 27-28.

(3) Basílio Teles, *O Problema Agrícola*, págs. 5-6. Porto, 1899.

1580 líquida admiravelmente 1383; o mercantilismo onnipotente, invadindo tudo e todos, submetendo ao seu jugo inflexível todas as classes sociais sem excepção mostra agora na rapidez e profundidade da queda a sua anomalia inicial. Conquistou o mundo é certo; mas consumiu e devorou um povo» (4).

4 — *O braço e a mão do homem.*

«...Convém, finalmente, notar-se que foram (e são ainda) o braço e a mão do homem a balança primitiva; que foi (e ainda é) a contracção dos seus músculos a unidade, qualitativa e quantitativa, para a pesagem; que foram (e são ainda) as mãos, os lábios e o rosto o mais antigo termómetro, e o calor do organismo a unidade espontânea para determinar temperaturas; que antes da vara, do côvado, do metro, usaram-se (e ainda se usa) a mão o pé e o passo — tais quais, precisamente, o corpo no-las dá — para unidades de comprimento; que foram os dedos das mãos que sugeriram ao espírito as noções de unidade e da base do nosso sistema decimal, e auxiliam ainda o povo nas operações ordinárias de somar e de diminuir pequenos números; quanto — em suma — o conceito de denominarmos *antropocêntrico* é, literalmente, verdadeiro em Ciência social, — quanto o Homem tem sido, e continua a ser, de facto, o centro e a medida das cousas» (5).

5 — *O ouro, «este metal estúpido».*

«...E este metal estúpido — que é ele, senão a mais falsa e artificial das convenções? senão o mais bronco e mudo dos ídolos? — ele que não goza sequer da honra, que tem, por exemplo, o ferro, o desdenhado e humilde ferro, precioso e insubstituível, contudo, de entrar na estrutura do corpo, de tomar parte, num breve instante que seja, na dinâmica do organismo.

Como pode ele, pois, a não ser pelo mais aberrante dos preconceitos, pelo mais pueril dos gostos pueris do selvagem, ser a medida adequada do esforço humano? o representante idóneo da Vida, e do seu constante produzir e transfundir-se?

[...] É a Vida humana, não o ouro, o Valor por excelência; e o seu dispêndio integral, económico e extra-económico, esse estalão ou medida, de que o metal não é mais que a boçal e sórdida imagem» (6).

(4) *Ibidem*, págs. 26-27.

(5) Basílio Teles, *Estudos Históricos e Económicos*, pág. 113, Porto, 1901.

(6) *Ibidem*, págs. 101-102.